



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2023 - DEMLURB
Processo Eletrônico nº 4.949/2023

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, Critério de Julgamento **Menor Preço**, **Modo de disputa Aberto**, regime de execução **empreitada por preço global**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de obras de engenharia, para a construção de 04 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes – Ecopontos no Município de Juiz de Fora**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Decreto Municipal nº 15.635/2022, Decreto Municipal nº 15.610/2022 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Data de Abertura da Sessão Pública: 20/06/2023

Horário: 09:00

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Impugnações e Esclarecimentos até às 23:59 horas do dia 14 /06 /2023.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados no Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br -, no site da Prefeitura de Juiz de Fora - https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2023/index.php e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando **a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de obras de engenharia, para a construção de 04 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes – Ecopontos no Município de Juiz de Fora**, conforme condições descritas nos Anexos que integram este Edital.

1.2. Os serviços objetivam a Implantação dos Ecopontos nas áreas selecionadas, contemplando no mínimo:

a) Ecoponto - Parque das Águas

- Preparo da área, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;
- Para o Ecoponto terá instalação em todo seu perímetro de um muro de bloco de concreto aparente com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 6m;
- O Ecoponto receberá 14 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- Será instalado em cada área de um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto.
- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto do Parque das Águas será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 4 baias construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista para acondicionamento temporário para os resíduos: papel e papelão, metal e plástico, vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal. As baias para o papel papelão metal e plástico cada uma terá uma área de $12,60 \text{ m}^2$, já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área será de $4,18 \text{ m}^2$ cada uma, tudo estruturado e coberto com telhas “Galvanizadas”;
- A guarita do Ecoponto Parque das Águas será de alvenaria com revestimento em massa paulista tendo área de $4,4 \text{ m}^2$ com dimensões de acordo com o projeto. O banheiro também será em alvenaria com revestimento em massa paulista de área $2,42 \text{ m}^2$ de acordo com o projeto. A guarita e o banheiro serão finalizados com uma pintura conforme planilha de custo em anexo.
- Sobre o teto da construção que será executado em laje pré-moldada ou maciça será instalada duas caixas d’água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros, sendo uma para reservatório de água para alimentação da Guarita e outra para captação de água Pluvial. Ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó da Construção com uma área $26,46 \text{ m}^2$. A guarita, o brechó e as baias terão cobertura de telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;
- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4” e um letreiro de identificação.

b) Ecoponto - Retiro

- Preparo da área, corte e desaterro para regularização do terreno e nivelamento, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida e plantio de grama e contensão nas áreas de corte e como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;
- Para o Ecoponto terá instalação em todo seu perímetro de um muro de bloco de concreto aparente com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 6m;
- O Ecoponto receberá 14 caçambas metálicas de capacidade 4 m^3 , as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;
- Será instalado em cada área de um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto.
- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto do Retiro será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 4 baias construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista para acondicionamento temporário para os resíduos: papel e papelão, metal e plástico, vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal. As baias para o papel papelão metal e plástico cada uma terá uma área de $12,60 \text{ m}^2$, já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área será de $4,18 \text{ m}^2$ cada uma, tudo estruturado e coberto com telhas “Galvanizadas”;
- A guarita do Ecoponto Retiro será de alvenaria com revestimento em massa paulista tendo área de $4,4 \text{ m}^2$ com dimensões de acordo com o projeto. O banheiro também será em alvenaria com revestimento em massa paulista de área $2,42 \text{ m}^2$ de acordo com o projeto. A guarita e o banheiro serão finalizados com uma pintura conforme planilha de custo em anexo.
- Sobre o teto da construção que será executado em laje pré-moldada ou maciça será instalada duas caixas d’água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros, sendo uma para reservatório de água para alimentação da Guarita e outra para captação de água Pluvial. Ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó da Construção com uma área $26,46 \text{ m}^2$. A guarita, o brechó e as baias terão cobertura de telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4" e um letreiro de identificação.

c) Ecoponto - Nova Benfica

- Preparo da área, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;
- Para o Ecoponto terá instalação em parte do seu perímetro um muro de bloco de concreto aparente com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 6m;
- O Ecoponto receberá 14 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;
- Será instalado em cada área de um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto.
- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto de Nova Era será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 4 baias construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista para acondicionamento temporário para os resíduos: papel e papelão, metal e plástico, vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal. As baias para o papel papelão metal e plástico cada uma terá uma área de 12,60 m², já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área será de 4,18 m² cada uma, tudo estruturado e coberto com telhas "Galvanizadas";
- A guarita do Ecoponto Nova Benfica será de alvenaria com revestimento em massa paulista tendo área de 4,4 m² com dimensões de acordo com o projeto. O banheiro também será em alvenaria com revestimento em massa paulista de área 2,42 m² de acordo com o projeto. A guarita e o banheiro serão finalizados com uma pintura conforme planilha de custo em anexo.
- Sobre o teto da construção que será executado em laje pré-moldada ou maciça será instalada duas caixas d'água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros, sendo uma para reservatório de água para alimentação da Guarita e outra para captação de água Pluvial. Ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó da Construção com uma área 26,46 m². A guarita, o brechó e as baias terão cobertura de telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;
- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4" e um letreiro de identificação.

d) Ecoponto - Aeroporto

- Preparo do terreno com a construção de um muro de contenção nos fundos de acordo com o projeto em anexo, aplicação de camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;
- Para o fechamento da área do Ecoponto, deverá conter em todo o seu perímetro um muro de bloco de concreto com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. Na sua fachada massa paulista e pintura de acordo com a solicitação do Departamento. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 8m em conformidade com o projeto em anexo;
- O Ecoponto receberá 10 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, pelo DEMLURB as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;
- Será instalado na área do ecoponto um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto;
- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto do Aeroporto será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 5 baias, 1 sala de apoio com



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

banheiro e guarita com banheiro, construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista, todos finalizados com pintura em branco com uma faixa na parte inferior verde Brasil com 1,10m de altura.

- A guarita com banheiro do Ecoponto terá área de 5,58 m², a área externa de apoio com o banheiro será de 13,50m², ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó da Construção com uma área 12,85m² toda estrutura será coberta em telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;

- O teto da guarita e banheiros serão executados em laje pré-moldada ou maciça, será instalada uma caixa d'água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros. Na lateral da guarita terá uma caixa de 250 litros e na baía de papel e papelão outras de 100 litros para captação de água Pluvial;

-As baias para o papel papelão metal e plástico terão de área 12,60 m², já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área total será de 27 m², tudo estruturado e coberto com telhas "Galvanizadas", tudo com dimensões de acordo com o projeto;

- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, ao lado da caixa de captação pluvial da guarita, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4" e um letreiro de identificação.

II – DO VALOR DE REFERÊNCIA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Quantitativos e valores relativos ao objeto desta licitação foram previamente levantados pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DEMLURB) – DG PRO, engenharia, tendo como referência os projetos e especificações técnicas além das composições do SINAPI e SETOP.

2.2. O valor da contratação está estimado em **R\$ 806.040,38** (oitocentos e seis mil, quarenta reais e trinta e oito centavos), distribuídos da seguinte forma:

Detalhamento	Vr.Total
Serviço de Engenharia - Ecoponto Parque das Águas	R\$ 214.687,18
Serviço de Engenharia - Ecoponto Retiro	R\$ 213.886,38
Serviço de Engenharia - Ecoponto Nova Benfica	R\$ 161.255,64
Serviço de Engenharia - Ecoponto Aeroporto	R\$ 216.211,18

2.3. Os preços unitários (com LDI) estimados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários (com LDI) levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

2.4. Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o DEMLURB utilizará os recursos provenientes de operação de Crédito junto a Caixa Econômica Federal, Repasse: FINISA número do Contrato 0603.026-73 - (**Ecoponto Parque das Águas**: Rua Rogério Fernando Scoralick, **Ecoponto Retiro**: Rua Elias Jacob, com Carlos Tavares de Pinho, **Ecoponto Nova Benfica**: Rua Vereador Francisco Pinheiro com Sebastião dos Reis) e **Ecoponto Aeroporto**: Rua José Appolônio dos Reis, 100.

Dotação Orçamentária: 1.18.541.0019.2318.000 – 1.754.000.000 – 4.4.90.51(Repasse)

III - DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **Portal de Compras Públicas** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2. O cadastro deverá ser feito pelo licitante no Portal de Compras Públicas, acessando o sítio **www.portaldecompraspublicas.com.br**;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a concorrência eletrônica.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **Portal de Compras Públicas** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, e que estejam com Credenciamento regular no **Portal de Compras Públicas**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.1.1. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.3.1.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14º da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.7. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.3.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.9. que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora - MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5.546/1978).

4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. Como Condição para Participação, a licitante assinalará “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes **Declarações**:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. Do preenchimento da proposta:

5.1.1.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1.1.1. Valor unitário e total;

5.1.1.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações especificadas no Projeto Básico;

5.1.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.2. O envio de proposta, assim como dos documentos de habilitação, quando solicitados, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2.1. O licitante deverá apresentar a documentação de habilitação em campo próprio no sistema, a partir da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico. O Agente de Contratação não poderá estabelecer prazo inferior a **2 (duas) horas** para a apresentação da documentação.

5.2.2. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso II, artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.3. Após o julgamento, o licitante declarado vencedor deverá reelaborar e apresentar, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato. (Ref.: Art. 56, §5º, Lei Federal nº 14.133/2021).

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

VI - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas, conforme art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2.4. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

6.2.5. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

6.2.6. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

6.2.7. Serão consideradas inexecutíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

6.2.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

6.5.2. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** de acordo com o especificado no **Anexo I**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo Agente de Contratação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances de licitantes diferentes não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o **modo de disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

6.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

6.16. No caso de dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.32. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.33. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

VII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.3. Se houver necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para sanear a instrução processual.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

VIII– DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo determinado e a partir da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico.

8.2. A Proposta de Preços final deverá conter:

8.2.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para os serviços, conforme **Anexo G**.

8.2.2. Orçamento detalhado dos serviços, indicando as quantidades a executar, com respectivos preços unitários propostos, que deverão ser grafados em algarismos numéricos, conforme **Anexo C**. Nos preços ofertados, deverão estar incluídos todos os insumos, impostos, taxas, encargos sociais, custos e remuneração da sociedade empresária.

8.2.3. Planilha com detalhamento dos BDI's.

8.2.4. Cronogramas físico e financeiro, em dias corridos e consecutivos, permitindo-se o prazo máximo de execução dos serviços previsto no cronograma, conforme **Anexo C**.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.2.5. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo **prazo mínimo de 90 (noventa) dias**, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação, com indicação do número da conta corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira.

8.3. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições do Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis nos termos da lei ou aquelas que ofertarem alternativas.

8.4. Todas as tarefas ou fornecimentos descritos no Edital, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.

8.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

IX – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.1.7. Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão ou da convocação para apresentação dos documentos, nos casos em que a convocação ocorrer em data diferente da abertura.

9.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **Portal de Compras Públicas**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, a respectiva documentação atualizada.

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo determinado sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.9. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

9.9.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.9.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

9.9.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.10. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.10.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.10.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

9.10.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.10.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.10.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

9.10.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

9.10.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

9.10.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.10.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.10.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.10.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.10.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

9.11. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.11.1. Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.11.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC maior ou igual a 1(um)

ILG maior ou igual a 1(um)

9.11.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em Jornal; ou

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;

e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

9.11.3.1. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.11.3.2. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

9.11.4. O licitante que não alcançar os índices acima exigidos, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstração do Resultado do Exercício (Demonstrações contábeis do último exercício social), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

9.11.5. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.11.6. Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante e do Município de Juiz de Fora - MG, caso pessoa física ou Microempreendedor Individual – MEI.

9.11.6.1. Os (as) licitantes sediadas em outras comarcas do Estado de Minas Gerais ou em outros Estados deverão apresentar, junto com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e/ou insolvência civil.

9.11.8. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.11.9. Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:

9.12.1. Qualificação Técnica:

9.12.1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho técnico a contento de objeto semelhante.

9.12.1.1.1. O(s) atestado(s) recebido(s) estará(ão) sujeito(s) à conferência pelo **DEMLURB** quanto à veracidade do(s) conteúdo(s);

9.12.1.1.2. Considera-se desempenho técnico a apresentação de atestado(s) que comprove(m) experiência no mercado, compatível com o objeto licitado;

9.12.1.1.3. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da **LICITANTE** participante.

9.12.1.2. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

9.12.1.3. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da licitação, conforme **Anexo I**.

9.12.2. Qualificação Técnica Operacional:

9.12.2.1. Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, serviços de obras, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, relativos a serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

9.12.2.2. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas na Lei de Licitações.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.12.3. Qualificação Técnico Profissional:

9.12.3.1. Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de atestado(s) ou declaração(ões) de responsabilidade técnica devidamente(s) registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não o próprio licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) de características semelhantes ao do objeto do Edital.

9.12.3.1.1. A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

9.12.3.1.1.1. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

9.12.3.1.1.2. Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

9.12.3.1.1.3. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

9.12.3.1.1.4. Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional

9.12.3.1.2. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

9.12.3.1.2.1. O(s) profissional(is) que apresentar(em) as ARTs para comprovação da qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação.

9.12.3.2. Declaração de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008, conforme **Anexo H**.

9.12.3.3. Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo, conforme **Anexo F**.

9.12.3.3.1. Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme §6º do Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12.3.4. Declaração de Conhecimento do Local das Obras onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas no Edital da licitação, conforme **Anexo E**.

9.13. DAS DEMAIS DECLARAÇÕES:

As demais declarações exigida serão apresentadas através do sistema do Portal de Compras Públicas, devendo as licitantes assinalarem os campos respectivos no sistema conforme descrito na Cláusula IV – Das Condições de Participação -, item 4.5 deste Edital .

9.14. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

empresária seguinte na ordem de classificação.

9.15. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **9.9.1, 9.9.2, 9.9.3, 9.10 e 9.11.1**, poderá ser substituída, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

X – DO RECURSO

10.1. O licitante que houver manifestado imediatamente a intenção de recorrer, **em campo próprio do sistema**, deverá apresentar as razões recursais após intimação do ato ou de lavratura da ata.

10.1.1. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

10.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XI – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **Cadastro do Portal de Compras Públicas**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

XII - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E TERMO DE CONTRATO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação da licitação, não havendo interposição de recurso ou exauridos os recursos apresentados, o Agente de Contratação encaminhará o processo licitatório à autoridade superior para adjudicação e homologação.

12.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo de Contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

12.3. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sem prejuízo daquelas dispostas em lei.

12.3.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do Termo de Contrato encaminhado para o e-mail/endereço eletrônico informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

12.4. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

12.5. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

12.7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E CONTRATUAL

12.7.1. O prazo da execução dos serviços será de 4 (quatro) meses.

12.7.2. O prazo de **vigência do contrato será de 6 (seis) meses**, contados a partir da data da última assinatura do contrato, admitida a prorrogação observada a legislação pertinente e ajuste entre as partes.

12.7.3. A diferença entre o prazo de obra e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início bem como eventuais atrasos na emissão da OS (Ordem de Serviço) e, ainda, para prestação de contas por parte da contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Município.

XIII - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Para garantia da execução do contrato, será exigido, 05 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

13.1.1. O contratado deverá optar por uma das modalidades de garantia do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.2. Quando o contratado optar pela modalidade de garantia prevista no inciso II do § 1º do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para a prestação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação.

13.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

13.3. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133/2023:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

13.3.1. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

13.3.2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

13.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

XIV – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

14.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

XV – DO PRAZO DE INÍCIO E DO RECEBIMENTO

15.1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, expedida pelo DEMLURB, contendo o prazo para execução dos serviços.

15.1.1. O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao DEMLURB ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

15.2. A obra deverá ser rigorosamente executada de acordo com as especificações e Normas Técnicas pertinentes. Todas e quaisquer modificações com relação ao que está previsto somente poderá ser feita com justificativa técnica da CONTRATADA e após aprovação da FISCALIZAÇÃO do DEMLURB.

15.3. O objeto do contrato será recebido pelo DEMLURB, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética profissional pela execução.

15.5. Os serviços serão recebidos de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico, edital e na proposta.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico, edital e na proposta, devendo ser corrigidos em prazo estabelecido pelo DEMLURB, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

15.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

15.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

XVI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização do DEMLURB.

16.2. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização do DEMLURB.

16.3. Permitir e facilitar à fiscalização do DEMLURB, a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

16.4. Providenciar a colocação de placas na obra, conforme modelos fornecidos pelo DEMLURB, em local indicado pela sua fiscalização.

16.5. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

16.6. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pelo DEMLURB.

16.7. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.

16.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG ou CAU.

16.9. Preencher, diariamente, onde lhe for reservado, o Diário de Obra que o DEMLURB manterá permanentemente disponível no local da mesma, de acordo com as instruções ali contidas.

16.10. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra, normas da Prefeitura e normas técnicas brasileiras, devendo ser emitidos relatórios fotográficos e técnicos mensais. Assinados pelo responsável técnico da obra, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período e exigidos nas especificações de projeto.

16.10.1. O responsável técnico da contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

16.10.2. O DEMLURB poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da contratada.

16.11. Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local.

16.12. Encaminhar, ao DEMLURB, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG ou CAU.

16.13. Programar, quando solicitado, visitas ao local da obra em conjunto com a fiscalização do DEMLURB.

16.14. Manter à frente dos trabalhos um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização do DEMLURB.

16.15. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização do DEMLURB, que lançará a devida justificativa no diário de obra.

16.16. Responsabilizar-se, além dos serviços específicos da construção, pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, de modo que, ao ser dada por concluída, possa a obra entrar em funcionamento imediatamente.

16.16.1. Concluída a obra, a contratada terá que apresentar prova de quitação das contas de água, luz e telefone, e da transferência das ligações para o Município.

16.17. Acatar toda orientação advinda do município com relação à obra.

16.18. Utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada que tenha procedência legal.

16.19. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XVII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. A coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos de construção inerentes ao Contrato e, ainda, fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

17.2. Credenciar junto à contratada, o representante especialmente designado pelo DEMLURB, para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.

17.3. Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início dos trabalhos.

17.4. Fazer cumprir o prazo contratual.

17.5. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução da obra, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

17.6. Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

17.7. Caberá ao MUNICÍPIO receber as obras e serviços, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.7.1. A aceitação por parte da Fiscalização não isenta o Contratado de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

XVIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

18.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

18.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

18.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item **18.2**, “**c**” e “**d**”, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente a legislação que for aplicável.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) **dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, e nos termos da lei, levará em consideração:

- a) a natureza e a gravidade da conduta do infrator,
- b) as peculiaridades do caso concreto,
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes,
- d) o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e,
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

XIX – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

19.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.

19.2. A medição dos serviços será feita considerando a conclusão de cada etapa da obra discriminada em cronograma.

19.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal em 02 (duas) vias, conforme o art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e com redação dada pela Lei nº 9.711/1998 e de acordo com as Instruções normativas nº IN MPS/SRP nº4, de 28/07/2005, bem como pelas sucessivas alterações, culminando com a IN MF/RFB nº 938 de 15/05/2009, juntamente com o boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização da referida Secretaria.

19.3.1. A medição deverá ser realizada por servidor municipal especialmente designado para este fim.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

19.4. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais.

19.5. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

19.6. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

19.7. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes aos Serviços Preliminares e Administração Local relativamente ao andamento físico da obra, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma. Para o item Mobilização e Desmobilização será pago o percentual de 50% do valor proposto pelo licitante na primeira medição parcial e o restante na medição final.

19.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma *on-line* consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.11. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.12. RETENÇÕES DE IMPOSTOS

19.12.1. Com base nas Instruções Normativas nº 21/2010 - Manual de Orientação sobre Retenção do Imposto de renda na fonte e nº 25/2011 - Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas, segue:

Retenção Previdenciária:

Por tratar-se de execução por empreitada por preço unitário, conforme inciso III do item 2.1 do Manual referente à IN 25/2011, a administração pública fica dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11%:

1.1 - Empreitada Total na Construção Civil

No caso de empreitada na construção civil, os órgãos da administração pública não respondem solidariamente pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, ficando dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11% (onze por cento) calculado sobre o valor das obras realizadas, nos seguintes casos:

I - na contratação de empreitada total;

II - quando houver o repasse integral do contrato de empreitada total, nas mesmas condições pactuadas, entendendo-se como tal a transferência do contrato nas mesmas características do original, inclusive preço e objeto; ou

III – quando o contrato for vinculado a procedimento licitatório efetuado pelo regime de empreitada por preço unitário ou por tarefa, admitindo-se o fracionamento do projeto nos termos da Lei.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Retenção IR na Fonte:

Conforme IN nº 21/2010, há retenção para Imposto de Renda na Fonte para serviços de Engenharia exceto na construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas, que é o caso em pauta. Portanto, não há retenção de IR para a esta contratação.

Retenção de ISS:

Conforme Lei 10630/2003 art.47, o ISS devido será de 3%.

“7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 3 % Local da prestação do serviço.”

XX – DO PREÇO, DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

20.1. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data base do orçamento referencial, pela variação do índice INCC ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada. Os montantes dos pagamentos serão reajustados, anualmente, na forma da lei, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Reajuste

I₁ = índice do mês de execução dos serviços (INCC)

I₀ = índice do mês da data base do orçamento referencial (INCC)

V = Valor da fatura a ser reajustada

20.2. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

20.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.3.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.3.2. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.3.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

20.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

20.5. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

20.7.1. Para fins do reequilíbrio econômico financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do objeto, fazendo um comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.

20.8. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

20.8.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

21.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

21.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

21.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

XXII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.8. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.8.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. A Autoridade Competente, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.10.1. A anulação da licitação induz à extinção do contrato.

22.10.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.11. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.12. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

22.12.1. Para os propósitos do item 22.12, definem-se as seguintes práticas:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.14. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

22.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF//SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

22.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

22.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 1 – Projeto Básico;

Anexo A – Mapa Localização das Áreas;

Anexo B – Planta Baixa dos Ecopontos;

Anexo C – Planilha, Cronograma, de referência do Demlurb;

Anexo D – Planilha, Cronograma, em *EXCEL*;

Anexo E – Declaração de Conhecimento do Local da Obra;

Anexo F – Declaração de Responsabilidade Técnica;

Anexo G – Carta de Apresentação da Proposta de Preços;

Anexo H – Declaração de Procedência Legal e Origem de Madeira Fornecida;

Anexo I – Modelo de Declaração da Disponibilidade de Instalações, Aparelhamento e Pessoal Técnico;

ANEXO 2 – Minuta de Contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2023 - DEMLURB
Processo Eletrônico nº 4.949/2023

ANEXO 1 – PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. O presente Projeto Básico tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de obras de engenharia, para a construção de 04 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes – Ecopontos no Município de Juiz de Fora**, tendo como referência este Projeto Básico e seus Anexos.

1.2. O pretenso serviço deverá observar as especificações, quantitativos e valores de referência, dispostos na tabela abaixo e nos Anexos constantes deste Projeto Básico.

Descrição/Especificação			
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de obras de engenharia, para a construção de 04 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes – Ecopontos no Município de Juiz de Fora			
Item	Unid	Detalhamento	Vr.Total
01	Serviço	Serviço de Engenharia - Ecoponto Parque das Águas	R\$ 214.687,18
02	Serviço	Serviço de Engenharia - Ecoponto Retiro	R\$ 213.886,38
03	Serviço	Serviço de Engenharia - Ecoponto Nova Benfica	R\$ 161.255,64
04	Serviço	Serviço de Engenharia - Ecoponto Aeroporto	R\$ 216.211,18

1.3. Os serviços de engenharia objeto desta licitação são caracterizados como comuns, conforme justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a presente solicitação pela necessidade de cumprir com o Plano Municipal de Gestão integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS – de Juiz de Fora, elaborado pelo GT Executivo nomeado pelo Executivo e assessorado pela consultoria Técnica I&T Informações e Técnicas em Construção Civil Ltda, aprovado pelo Decreto nº 14.568/2021 que é um Instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que visa a adequação dos municípios às suas diretrizes, o documento estabelece, para todos os atores envolvidos dentro do ciclo de vida dos produtos¹, os objetivos de uma nova gestão e manejo diferenciado de resíduos sólidos, atendendo também às exigências da Lei Federal de Saneamento Básico, nº 11.445 (BRASIL, 2007a), que regula a prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos e limpeza urbana, referente à universalização e à sustentabilidade econômica dos serviços prestados, entre outros aspectos. Está previsto nas metas e estratégias do PMGIRS a implantação de 16 Ecopontos na área urbana do distrito Sede e, mais 8 nas vilas e núcleos urbanos dos distritos sendo: Torreões, Monte Verde, Humaitá, Rosário, Valadares, Penido, Sarandira e Caetés até 2028.

2.2. Considerando também, a Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002 que prevê como “*instrumento para a implementação da gestão dos resíduos da construção civil o Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, a ser elaborado pelos Municípios e pelo Distrito Federal, em consonância com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos*”.

¹ Série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final (lei 12.305/2010).



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.3. Considerando o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, com o propósito de solucionar a problemática de gestão dos resíduos do município, regularizando a disposição ambientalmente correta dentro de Juiz de Fora, implantando as metas e estratégias do Plano e implantar as Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes – Ecopontos no município de Juiz de Fora para atender aos pequenos geradores cujo volume é de até 1m³ por descarga, o transporte é feito por caminhonetes ou carrinhos de mão acondicionados em sacos plásticos, tem o DEMLURB pela natureza de suas atividades é o órgão o executor para operacionalizados dos Ecopontos previstos no Plano.

Área 1 – “Parque das Águas” – situada em área pública, na Região de Planejamento Centro-Oeste, no Bairro Parque das Águas, à Rua Rogério Fernando Scoralick. Esta área atende vários bairros/lotamentos das Regiões Planejamento Centro-Oeste e Oeste, tendo ligação com os bairros das 2 Regiões de Planejamento como: Caiçaras, Parque das Cachoeiras, Chagas, Esplanada, Nova Germânia, Neo-Residencial, Monte Castelo, São Pedro, Borboleta, Jardim São João, entre outros, sem ter de passar pela Região Central. A população que será atendida pela implantação e funcionamento do ecoponto é de aproximadamente 37.730 habitantes (IBGE, 2010).

Área 2 - “Retiro” – situada em área pública, na Região de Planejamento Sudeste, no Bairro Retiro, às Ruas Elias Jacob, com Carlos Tavares de Pinho. Esta área atende vários bairros/lotamentos das Região de Planejamento Sudeste como: Retiro, Jardim esperança, Floresta, Florestinha, Terras Altas, Quintas da Conceição, Vila são José, Granjas Paraíso, Jardim das Pedras Preciosas, entre outros, sem ter de passar pela Região Central. A população que será atendida pela implantação e funcionamento do ecoponto é de aproximadamente 11.940 habitantes (IBGE, 2010).

Área 3 - “Nova Benfica” – situada em área pública, na Região de Planejamento Norte, no Bairro Nova Benfica, à Ruas Vereador Francisco Pinheiro com Sebastião dos Reis. Esta área atende vários bairros/lotamentos da Região de Planejamento Norte como: Nova Benfica, Benfica, Araújo, vila Esperança I, II, Vila Espada, Jardim Bom Jesus, Bela Vista, Nova Era, Jardim dos Alfeneiros, Verbo Divino, São Judas Tadeu, Barreira, Novo Triunfo, Distrito Industrial, Ponte Preta, Miguel Marinho, entre outros, sem ter de passar pela Região Central. A população que será atendida pela implantação e funcionamento do ecoponto é de aproximadamente 53.746 habitantes (IBGE, 2010).

Área 4 - “Aeroporto” – situada em área pública, na Região de Planejamento Oeste, no Bairro Aeroporto, à Rua José Apolônio dos Reis, 100. Esta área atende vários bairros/lotamentos da Região de Planejamento Oeste: São Pedro, Aeroporto, Santos Dumont, Novo Horizonte, Marilândia, Alto dos Pinheiros, Tupã, Bosque do Imperador, Nossa Senhora de Fátima, Adolfo Vireque, Granville, Santana, Mantiqueira, entre outros, sem ter de passar pela Região Central. A população que será atendida pela implantação e funcionamento do ecoponto é de aproximadamente 33.277 habitantes (IBGE, 2010).

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A contratação para prestação de serviço do objeto do presente Projeto Básico, tem amparo legal na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A licitação será na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, nos termos do art.6º, inciso XXXVIII, alínea “a” e art.28 da lei supra.

3.3. O regime de execução será por **empreitada por preço global**, art.46 II da referida lei.

4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E CONTRATUAL

4.1. O prazo da execução dos serviços será de 4 (quatro) meses.

4.2. O prazo de **vigência do contrato será de 6 (seis) meses**, contados a partir da data da última assinatura do contrato, admitida a prorrogação observada a legislação pertinente e o ajuste entre as partes.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.3. A diferença entre o prazo de obra e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início bem como eventuais atrasos na emissão da OS (Ordem de Serviço) e também para prestação de contas por parte da contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Município.

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Quantitativos e valores relativos ao objeto desta licitação foram previamente levantados pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DEMLURB) – DG PRO, engenharia, tendo como referência os projetos e especificações técnicas além das composições do SINAPI e SETOP.

5.2. O valor da presente contratação está estimado em **R\$ 806.040,38** (oitocentos e seis mil, quarenta reais e trinta e oito centavos).

5.3. Os preços unitários (com LDI) estimados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários (com LDI) levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

5.4. Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o DEMLURB utilizará os recursos provenientes de operação de Crédito junto a Caixa Econômica Federal, Repasse: FINISA número do Contrato 0603.026-73 - (**Ecoponto Parque das Águas**: Rua Rogério Fernando Scoralick, **Ecoponto Retiro**: Rua Elias Jacob, com Carlos Tavares de Pinho, **Ecoponto Nova Benfica**: Rua Vereador Francisco Pinheiro com Sebastião dos Reis) e **Ecoponto Aeroporto**: Rua José Apolônio dos Reis, 100.

Dotação Orçamentária: 1.18.541.0019.2318.000 – 1.754.000.000 – 4.4.90.51(Repasse)

6. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão executados tendo como referência este Projeto Básico e seus anexos que integram o Edital da Licitação e compõem a prestação de serviço em questão.

6.1.1. Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo A – Mapa Localização das Áreas;

Anexo B – Planta Baixa dos Ecopontos;

Anexo C – Planilha, Cronograma, em PDF;

Anexo D – Planilha, Cronograma, em EXCEL;

Anexo E – Declaração de Conhecimento do Local da Obra;

Anexo F – Declaração de Responsabilidade Técnica;

Anexo G – Carta de Apresentação da Proposta de Preços;

Anexo H – Declaração de Procedência Legal e Origem de Madeira Fornecida;

Anexo I – Modelo de Declaração da Disponibilidade de Instalações, Aparelhamento e Pessoal Técnico;

6.2. Implantação dos Ecopontos nas áreas selecionadas nesse Projeto Básico, contemplando no mínimo:

a) Ecoponto - Parque das Águas

- Preparo da área, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;

- Para o Ecoponto terá instalação em todo seu perímetro de um muro de bloco de concreto aparente com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 6m;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- O Ecoponto receberá 14 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;
- Será instalado em cada área de um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto.
- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto do Parque das Águas será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 4 baias construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista para acondicionamento temporário para os resíduos: papel e papelão, metal e plástico, vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal. As baias para o papel papelão metal e plástico cada uma terá uma área de 12,60 m², já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área será de 4,18 m² cada uma, tudo estruturado e coberto com telhas “Galvanizadas”;
- A guarita do Ecoponto Parque das Águas será de alvenaria com revestimento em massa paulista tendo área de 4,4 m² com dimensões de acordo com o projeto. O banheiro também será em alvenaria com revestimento em massa paulista de área 2,42 m² de acordo com o projeto. A guarita e o banheiro serão finalizados com uma pintura conforme planilha de custo em anexo.
- Sobre o teto da construção que será executado em laje pré-moldada ou maciça será instalada duas caixas d’água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros, sendo uma para reservatório de água para alimentação da Guarita e outra para captação de água Pluvial. Ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó da Construção com uma área 26,46 m². A guarita, o brechó e as baias terão cobertura de telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;
- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4” e um letreiro de identificação.

b) Ecoponto - Retiro

- Preparo da área, corte e desaterro para regularização do terreno e nivelamento, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida e plantio de grama e contensão nas áreas de corte e como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;
- Para o Ecoponto terá instalação em todo seu perímetro de um muro de bloco de concreto aparente com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 6m;
- O Ecoponto receberá 14 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;
- Será instalado em cada área de um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto.
- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto do Retiro será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 4 baias construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista para acondicionamento temporário para os resíduos: papel e papelão, metal e plástico, vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal. As baias para o papel papelão metal e plástico cada uma terá uma área de 12,60 m², já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área será de 4,18 m² cada uma, tudo estruturado e coberto com telhas “Galvanizadas”;
- A guarita do Ecoponto Retiro será de alvenaria com revestimento em massa paulista tendo área de 4,4 m² com dimensões de acordo com o projeto. O banheiro também será em alvenaria com revestimento em massa paulista de área 2,42 m² de acordo com o projeto. A guarita e o banheiro serão finalizados com uma pintura conforme planilha de custo em anexo.
- Sobre o teto da construção que será executado em laje pré-moldada ou maciça será instalada duas caixas d’água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros, sendo uma para reservatório de água para alimentação da Guarita e outra para captação de água Pluvial. Ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

da Construção com uma área 26,46 m². A guarita, o brechó e as baias terão cobertura de telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;

- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4" e um letreiro de identificação.

c) Ecoponto - Nova Benfica

- Preparo da área, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;

- Para o Ecoponto terá instalação em parte do seu perímetro um muro de bloco de concreto aparente com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 6m;

- O Ecoponto receberá 14 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;

- Será instalado em cada área de um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto.

- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto de Nova Era será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 4 baias construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista para acondicionamento temporário para os resíduos: papel e papelão, metal e plástico, vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal. As baias para o papel papelão metal e plástico cada uma terá uma área de 12,60 m², já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área será de 4,18 m² cada uma, tudo estruturado e coberto com telhas "Galvanizadas";

- A guarita do Ecoponto Nova Benfica será de alvenaria com revestimento em massa paulista tendo área de 4,4 m² com dimensões de acordo com o projeto. O banheiro também será em alvenaria com revestimento em massa paulista de área 2,42 m² de acordo com o projeto. A guarita e o banheiro serão finalizados com uma pintura conforme planilha de custo em anexo.

- Sobre o teto da construção que será executado em laje pré-moldada ou maciça será instalada duas caixas d'água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros, sendo uma para reservatório de água para alimentação da Guarita e outra para captação de água Pluvial. Ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó da Construção com uma área 26,46 m². A guarita, o brechó e as baias terão cobertura de telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;

- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4" e um letreiro de identificação.

d) Ecoponto - Aeroporto

- Preparo do terreno com a construção de um muro de contenção nos fundos de acordo com o projeto em anexo, aplicação de camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;

- Para o fechamento da área do Ecoponto, deverá conter em todo o seu perímetro um muro de bloco de concreto com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. Na sua fachada massa paulista e pintura de acordo com a solicitação do Departamento. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 8m em conformidade com o projeto em anexo;

- O Ecoponto receberá 10 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, pelo DEMLURB as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;

- Será instalado na área do ecoponto um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto do Aeroporto será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 5 baias, 1 sala de apoio com banheiro e guarita com banheiro, construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista, todos finalizados com pintura em branco com uma faixa na parte inferior verde Brasil com 1,10m de altura.
- A guarita com banheiro do Ecoponto terá área de 5,58 m², a área externa de apoio com o banheiro será de 13,50m², ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó da Construção com uma área 12,85m² toda estrutura será coberta em telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;
- O teto da guarita e banheiros serão executados em laje pré-moldada ou maciça, será instalada uma caixa d'água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros. Na lateral da guarita terá uma caixa de 250 litros e na baia de papel e papelão outras de 100 litros para captação de água Pluvial;
- As baias para o papel papelão metal e plástico terão de área 12,60 m², já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área total será de 27 m², tudo estruturado e coberto com telhas "Galvanizadas", tudo com dimensões de acordo com o projeto;
- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, ao lado da caixa de captação pluvial da guarita, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4" e um letreiro de identificação.

6.3. Recebimento do Objeto:

6.3.1. Os serviços serão recebidos de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico, edital e na proposta.

6.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico, edital e na proposta, devendo ser corrigidos em prazo estabelecido pelo DEMLURB, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.3.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.3.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.1. Qualificação Técnica:

7.1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho técnico a contento de objeto semelhante.

7.1.1.1. O(s) atestado(s) recebido(s) estará(ão) sujeito(s) à conferência pelo DEMLURB quanto à veracidade do(s) conteúdo(s);

7.1.1.2. Considera-se desempenho técnico a apresentação de atestado(s) que comprove(m) experiência no



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

mercado, compatível com o objeto licitado;

7.1.1.3. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da **LICITANTE** participante.

7.1.2. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

7.1.3. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da licitação.

7.2. Qualificação Técnica Operacional:

7.2.1. Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, serviços de obras, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, relativos a serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

7.2.2. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas na Lei de Licitações.

7.3. Qualificação Técnico Profissional:

7.3.1. Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de atestado(s) ou declaração(ões) de responsabilidade técnica devidamente(s) registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não o próprio licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) de características semelhantes ao do objeto do Edital.

7.3.1.1. A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

7.3.1.1.1. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

7.3.1.1.2. Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

7.3.1.1.3. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

7.3.1.1.4. Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional

7.3.1.2. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

7.3.1.2.1. O(s) profissional(is) que apresentar(em) as ARTs para comprovação da qualificação técnica acima deverá(ão), obrigatoriamente, ser o(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto desta licitação.

7.3.2. Declaração de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.3.3. Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo.

7.3.3.1. Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme §6º do Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3.4. Declaração de Conhecimento do Local das Obras onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas no Edital da licitação.

8. DA PROPOSTA

8.1. O(s) fornecedor(es) será(ão) selecionado(s) por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de juízo pelo **MENOR PREÇO**.

8.2. As exigências de Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista encontrar-se-ão dispostas em edital, sendo aquelas dispostas nos limites da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. A Proposta de Preços final deverá conter:

8.3.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para os serviços, conforme **Anexo G**.

8.3.2. Orçamento detalhado dos serviços, indicando as quantidades a executar, com respectivos preços unitários propostos, que deverão ser grafados em algarismos numéricos, conforme **Anexo C**. Nos preços ofertados, deverão estar incluídos todos os insumos, impostos, taxas, encargos sociais, custos e remuneração da sociedade empresária.

8.3.3. Planilha com detalhamento dos BDI's.

8.3.4. Cronogramas físico e financeiro, em dias corridos e consecutivos, permitindo-se o prazo máximo de execução dos serviços previsto no cronograma, conforme **Anexo C**.

8.3.5. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação, com indicação do número da conta corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira, conforme **Anexo G**.

8.4. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições do Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexecutáveis nos termos da lei ou aquelas que ofertarem alternativas.

8.5. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas no Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

8.6. Não será aceita proposta que contenha rasuras e/ ou entrelinhas.

8.7. Todas as tarefas ou fornecimentos descritos no Edital, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.8. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes aos Serviços Preliminares e Administração Local relativamente ao andamento físico da obra, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma. Para o item Mobilização e Desmobilização será pago o percentual de 50% do valor proposto pelo licitante na primeira medição parcial e o restante na medição final.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização do DEMLURB.

9.2. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização do DEMLURB.

9.3. Permitir e facilitar à fiscalização do DEMLURB, a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

9.4. Providenciar a colocação de placas na obra, conforme modelos fornecidos pelo DEMLURB, em local indicado pela sua fiscalização.

9.5. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

9.6. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pelo DEMLURB.

9.7. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.

9.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG ou CAU.

9.9. Preencher, diariamente, onde lhe for reservado, o Diário de Obra que o DEMLURB manterá permanentemente disponível no local da mesma, de acordo com as instruções ali contidas.

9.10. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra, normas da Prefeitura e normas técnicas brasileiras, devendo ser emitidos relatórios fotográficos e técnicos mensais. Assinados pelo responsável técnico da obra, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período e exigidos nas especificações de projeto.

9.10.1. O responsável técnico da contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.

9.10.2. O DEMLURB poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da contratada.

9.11. Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.12. Encaminhar, ao DEMLURB, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG ou CAU.

9.13. Programar, quando solicitado, visitas ao local da obra em conjunto com a fiscalização do DEMLURB.

9.14. Manter à frente dos trabalhos um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização do DEMLURB.

9.15. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização do DEMLURB, que lançará a devida justificativa no diário de obra.

9.16. Responsabilizar-se, além dos serviços específicos da construção, pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, de modo que, ao ser dada por concluída, possa a obra entrar em funcionamento imediatamente.

9.16.1. Concluída a obra, a contratada terá que apresentar prova de quitação das contas de água, luz e telefone, e da transferência das ligações para o Município.

9.17. Acatar toda orientação advinda do município com relação à obra.

9.18. Utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada que tenha procedência legal.

9.19. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. A coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos de construção inerentes ao Contrato e, ainda, fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

10.2. Credenciar junto à contratada, o representante especialmente designado pelo DEMLURB, para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.

10.3. Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início dos trabalhos.

10.4. Fazer cumprir o prazo contratual.

10.5. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução da obra, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

10.6. Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

10.7. Caberá ao MUNICÍPIO receber as obras e serviços, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

10.7.1. A aceitação por parte da Fiscalização não isenta o Contratado de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

11. DOS PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

11.1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, expedida pelo DEMLURB, contendo o prazo para execução dos serviços.

11.1.1. O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao DEMLURB ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

12. DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

12.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.

12.2. A medição dos serviços será feita considerando a conclusão de cada etapa da obra discriminada em cronograma.

12.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal em 02 (duas) vias, conforme o art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e com redação dada pela Lei nº 9.711/1998 e de acordo com as Instruções normativas nº IN MPS/SRP nº4, de 28/07/2005, bem como pelas sucessivas alterações, culminando com a IN MF/RFB nº 938 de 15/05/2009, juntamente com o boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização da referida Secretaria.

12.3.1. A medição deverá ser realizada por servidor municipal especialmente designado para este fim.

12.4. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais.

12.5. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.6. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

12.7. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data base do orçamento referencial, pela variação do índice INCC ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada. Os montantes dos pagamentos serão reajustados, anualmente, na forma da lei, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Reajuste

I₁ = índice do mês de execução dos serviços (INCC)

I₀ = índice do mês da data base do orçamento referencial (INCC)

V = Valor da fatura a ser reajustada



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

13. DAS GARANTIAS

13.1. Deverá ser apresentada Garantia de Execução, nos termos do art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

14.1. A contratação de empresa para a construção de ecopontos foi a modalidade selecionada a mais viável para esta licitação, pretendendo atender a necessidade de implantação dos mesmos no município. O prazo de execução para cada ecoponto será de 4 meses e o prazo de vigência do contrato será de 6 meses. A diferença entre o prazo de obra e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início bem como eventuais atrasos na emissão da OS e também para prestação de contas por parte da contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Município.

14.2. Pretende-se suprir a demanda deste Departamento, em cumprimento com o PMGIRS para que possamos realizar as atividades cotidianas de manutenção da limpeza urbana de Juiz de Fora. Honrando com a contribuição e com o propósito de auxiliar na solução da problemática de gestão dos resíduos, regularizando a disposição ambientalmente correta dentro do município.

15. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

15.1. A obra deverá ser rigorosamente executada de acordo com as especificações e Normas Técnicas pertinentes. Todas e quaisquer modificações com relação ao que está previsto somente poderá ser feita com justificativa técnica da CONTRATADA e após aprovação da FISCALIZAÇÃO do DEMLURB.

15.2. O objeto do contrato será recebido pelo DEMLURB, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética profissional pela execução.

16. RETENÇÕES DE IMPOSTOS

16.1. Com base nas Instruções Normativas nº 21/2010 - Manual de Orientação sobre Retenção do Imposto de renda na fonte e nº 25/2011 - Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas, segue:

Retenção Previdenciária:

Por tratar-se de execução por empreitada por preço unitário, conforme inciso III do item 2.1 do Manual referente à IN 25/2011, a administração pública fica dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11%:

1.1 - Empreitada Total na Construção Civil

No caso de empreitada na construção civil, os órgãos da administração pública não respondem solidariamente pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, ficando dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11% (onze por cento) calculado sobre o valor das obras realizadas, nos seguintes casos:

I - na contratação de empreitada total;

II - quando houver o repasse integral do contrato de empreitada total, nas mesmas condições pactuadas, entendendo-se como tal a transferência do contrato nas mesmas características do original, inclusive preço e objeto; ou

III – quando o contrato for vinculado a procedimento licitatório efetuado pelo regime de empreitada por preço unitário ou por tarefa, admitindo-se o fracionamento do projeto nos termos da Lei.

Retenção IR na Fonte:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Conforme IN nº 21/2010, há retenção para Imposto de Renda na Fonte para serviços de Engenharia exceto na construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas, que é o caso em pauta. Portanto, não há retenção de IR para a esta contratação.

Retenção de ISS:

Conforme Lei 10630/2003 art.47, o ISS devido será de 3%.

“7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 3 % Local da prestação do serviço.”



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2023 - DEMLURB
Processo Eletrônico nº 4.949/2023

ANEXO A – MAPA LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS *(em arquivo digital anexo)*

ANEXO B – PLANTA BAIXA DOS ECOPONTOS *(em arquivo digital anexo)*

ANEXO C – PLANILHA, CRONOGRAMA, de referência do Demlurb *(em arquivo digital anexo)*

ANEXO D – PLANILHA, CRONOGRAMA, EM EXCEL *(em arquivo digital anexo)*



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2023 - DEMLURB
Processo Eletrônico nº 4.949/2023

ANEXO E

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA

Declaro, para fins de participação na licitação **Concorrência nº 002/2023**, que a empresa , CNPJ nº , situada no endereço , telefones , e-mail , por intermédio da pessoa legalmente credenciada, Sr.(a) , CPF nº , tomou pleno conhecimento dos locais das obras e serviços objeto da licitação, a fim de se constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados.

.....
(local e data)

.....
Identificação do representante da empresa (por extenso e legível)
Assinatura
CPF nº
RG nº
Cargo e/ou função



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2023 - DEMLURB
Processo Eletrônico nº 4.949/2023

ANEXO F - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Em atendimento ao Edital da **Concorrência nº 002/2023**, declaramos que o profissional detentor do(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, Sr. (CREA/CAU nº), será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso esta sociedade empresária proponente seja a vencedora e comprovará seu vínculo empregatício mediante a apresentação de cópia(s) do(s) contrato(s) de trabalho do profissional, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou cópia do Contrato Social da empresa em que consta o profissional integrante da sociedade, ou, ainda, por meio do(s) contrato(s) de prestação de serviços regido(s) no(s) cartório(s) competente(s) e/ou na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s).

_____, _____ de _____ de 20.....

NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
 NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Autorizo a inclusão do meu nome como Responsável Técnico pela execução das obras e serviços objeto do, caso a sociedade empresária seja contratada pela Prefeitura de Juiz de Fora.

_____, _____ de _____ de 20.....

 NOME / CREA / CAU/ ASSINATURA DO R.T



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2023 - DEMLURB
Processo Eletrônico nº 4.949/2023

ANEXO G - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A sociedade (s) empresária (s),, com sede na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, abaixo assinada por seu representante legal, apresenta e submete à apreciação da comissão licitante, nossa proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na sua preparação.

O nosso preço global constante do orçamento da presente **CONCORRÊNCIA** é de R\$..... (.....), distribuídos da seguinte forma:

Áreas	Vr.Total
Serviço de Engenharia - Ecoponto Parque das Águas	R\$
Serviço de Engenharia - Ecoponto Retiro	R\$
Serviço de Engenharia - Ecoponto Nova Benfica	R\$
Serviço de Engenharia - Ecoponto Aeroporto	R\$

Acompanha a nossa proposta de preços as **Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico-financeiro** bem como todos os elementos julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta.

Declaramos, igualmente, que em nosso preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do **Edital**, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme **Projeto Básico** constante da **Concorrência**, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICÍPIO.

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a manter a nossa proposta comercial relativa à **CONCORRÊNCIA nº 002/2023**, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de abertura da mesma, para fins de julgamento e de contratação.

Dados Bancários:

Nº Conta Corrente:
 Banco:
 Agência:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Declaramos ainda, que:

1. Temos pleno conhecimento dos serviços a serem executadas.
2. Recebemos do Município todas as informações necessárias à elaboração da nossa proposta.
3. Estamos cientes dos critérios de medição e pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente.
4. Obrigamos-nos a aceitar o direito do Município de escolher a proposta que lhe for mais vantajosa, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, podendo ela desistir ou anular esta licitação sem que nos caiba o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação pela exclusão ou rejeição de nossa proposta, no todo ou em parte.
5. Obrigamos-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, a contar da data de notificação do Município, bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura.
6. Que esta empresa não incide nas vedações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Reconhecemos o direito do Município de paralisar ou suspender a qualquer tempo, a prestação dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços já executados e a aquisição, pelo preço de custo comprovado, dos materiais por nós adquiridos, existentes no local dos serviços e a eles destinados.

Utilizaremos a equipe técnica e administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade do pessoal, desde que assim o exija à fiscalização do MUNICÍPIO.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2023 - DEMLURB
Processo Eletrônico nº 4.949/2023

ANEXO H

**DECLARAÇÃO DE PROCEDÊNCIA LEGAL E ORIGEM DE MADEIRA FORNECIDA,
CONFORME DECRETO ESTADUAL Nº 44.903/2008**

Em conformidade com o disposto no artigo 4º, do Decreto nº 44.903, de 24/9/2008, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de Minas Gerais, eu, R.G., legalmente nomeado representante da Empresa, CNPJ, para o fins de habilitação no procedimento licitatório da **Concorrência nº 002/2023**, declaro sob as penas da lei, que para a execução da referida Licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de procedência legal, decorrentes de exploração autorizada, certificada ou de manejo florestal aprovado por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF ou Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no art. 72, § 8º, inciso V da Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida Lei.

Atenciosamente

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2023 - DEMLURB
Processo Eletrônico nº 4.949/2023

**ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES,
APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO**

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a ter disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados para realização do objeto da licitação **Concorrência nº 002/2023 – DEMLURB**.

.....
(local e data)

Identificação da Sociedade Empresária
Assinatura
Nome do responsável (por extenso e legível)
CPF nº
RG nº
Cargo e/ou função

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2023 - DEMLURB
Processo Eletrônico nº 4.949/2023

ANEXO 2 - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM E A

(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)

O (a), neste ato representado por seu(ua), Sr(a)., brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado, com a interveniência da de, neste ato representada por seu(ua)(a) Sr(a)., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nºe, neste ato representada por seu Sr., brasileiro, inscrito no CPF nº, portador da CI nº, doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária estabelecida à rua nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado da **Concorrência Eletrônica nº 002/2023**, conforme consta do **processo** administrativo eletrônico nº **4.949/2023**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações, demais legislação aplicável e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a **prestação de serviços de obras de engenharia, para a construção de 04 Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes – Ecopontos no Município de Juiz de Fora**, conforme especificações do Edital, Projeto Básico e Anexos da **Concorrência Eletrônica nº 002/2023**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. Os serviços objetivam a Implantação dos Ecopontos nas áreas selecionadas, contemplando no mínimo:

a) Ecoponto - Parque das Águas

- Preparo da área, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;
- Para o Ecoponto terá instalação em todo seu perímetro de um muro de bloco de concreto aparente com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 6m;
- O Ecoponto receberá 14 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;
- Será instalado em cada área de um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto.
- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto do Parque das Águas será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 4 baias construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista para acondicionamento temporário para os resíduos: papel e papelão, metal e plástico, vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal. As baias para o papel papelão



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

metal e plástico cada uma terá uma área de 12,60 m², já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área será de 4,18 m² cada uma, tudo estruturado e coberto com telhas “Galvanizadas”;

- A guarita do Ecoponto Parque das Águas será de alvenaria com revestimento em massa paulista tendo área de 4,4 m² com dimensões de acordo com o projeto. O banheiro também será em alvenaria com revestimento em massa paulista de área 2,42 m² de acordo com o projeto. A guarita e o banheiro serão finalizados com uma pintura conforme planilha de custo em anexo.

- Sobre o teto da construção que será executado em laje pré-moldada ou maciça será instalada duas caixas d’água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros, sendo uma para reservatório de água para alimentação da Guarita e outra para captação de água Pluvial. Ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó da Construção com uma área 26,46 m². A guarita, o brechó e as baias terão cobertura de telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;

- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4” e um letreiro de identificação.

b) Ecoponto - Retiro

- Preparo da área, corte e desaterro para regularização do terreno e nivelamento, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida e plantio de grama e contensão nas áreas de corte e como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;

- Para o Ecoponto terá instalação em todo seu perímetro de um muro de bloco de concreto aparente com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 6m;

- O Ecoponto receberá 14 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;

- Será instalado em cada área de um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto.

- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto do Retiro será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 4 baias construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista para acondicionamento temporário para os resíduos: papel e papelão, metal e plástico, vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal. As baias para o papel papelão metal e plástico cada uma terá uma área de 12,60 m², já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área será de 4,18 m² cada uma, tudo estruturado e coberto com telhas “Galvanizadas”;

- A guarita do Ecoponto Retiro será de alvenaria com revestimento em massa paulista tendo área de 4,4 m² com dimensões de acordo com o projeto. O banheiro também será em alvenaria com revestimento em massa paulista de área 2,42 m² de acordo com o projeto. A guarita e o banheiro serão finalizados com uma pintura conforme planilha de custo em anexo.

- Sobre o teto da construção que será executado em laje pré-moldada ou maciça será instalada duas caixas d’água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros, sendo uma para reservatório de água para alimentação da Guarita e outra para captação de água Pluvial. Ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó da Construção com uma área 26,46 m². A guarita, o brechó e as baias terão cobertura de telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;

- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4” e um letreiro de identificação.

c) Ecoponto - Nova Benfica

- Preparo da área, capina, remoção de solo orgânico e regularização da superfície para receber camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- Para o Ecoponto terá instalação em parte do seu perímetro um muro de bloco de concreto aparente com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 6m;
- O Ecoponto receberá 14 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;
- Será instalado em cada área de um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto.
- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto de Nova Era será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 4 baias construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista para acondicionamento temporário para os resíduos: papel e papelão, metal e plástico, vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal. As baias para o papel papelão metal e plástico cada uma terá uma área de 12,60 m², já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área será de 4,18 m² cada uma, tudo estruturado e coberto com telhas “Galvanizadas”;
- A guarita do Ecoponto Nova Benfica será de alvenaria com revestimento em massa paulista tendo área de 4,4 m² com dimensões de acordo com o projeto. O banheiro também será em alvenaria com revestimento em massa paulista de área 2,42 m² de acordo com o projeto. A guarita e o banheiro serão finalizados com uma pintura conforme planilha de custo em anexo.
- Sobre o teto da construção que será executado em laje pré-moldada ou maciça será instalada duas caixas d’água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros, sendo uma para reservatório de água para alimentação da Guarita e outra para captação de água Pluvial. Ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó da Construção com uma área 26,46 m². A guarita, o brechó e as baias terão cobertura de telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;
- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4” e um letreiro de identificação.

d) Ecoponto - Aeroporto

- Preparo do terreno com a construção de um muro de contenção nos fundos de acordo com o projeto em anexo, aplicação de camada de bica corrida como pavimentação final de toda a área e camada de concreto com piso sarrafeado, ao redor da guarita;
- Para o fechamento da área do Ecoponto, deverá conter em todo o seu perímetro um muro de bloco de concreto com aproximadamente 1,00 m de altura, mais 1,20 m de tela. Na sua fachada massa paulista e pintura de acordo com a solicitação do Departamento. O fechamento da área de será dotada de portão metálico de 8m em conformidade com o projeto em anexo;
- O Ecoponto receberá 10 caçambas metálicas de capacidade 4 m³, pelo DEMLURB as quais deverão estar sempre disponíveis para receber depósitos dos diferentes tipos de resíduos para posterior transporte até a destinação final;
- Será instalado na área do ecoponto um poste padrão bifásico de entrada de energia elétrica, completo e deverá ser instalado o quadro de circuito compatível com as demandas internas, que serão atendidas por cabos devidamente dimensionados. A iluminação será feita por postes do tipo curvo de aço ou de concreto;
- De acordo com as recomendações técnicas, o Ecoponto do Aeroporto será dotado além das caçambas, brechó da construção, ponto de apoio aos servidores do DEMLURB e de 5 baias, 1 sala de apoio com banheiro e guarita com banheiro, construídas em alvenaria e com revestimento em massa paulista, todos finalizados com pintura em branco com uma faixa na parte inferior verde Brasil com 1,10m de altura.
- A guarita com banheiro do Ecoponto terá área de 5,58 m², a área externa de apoio com o banheiro será de 13,50m², ao lado do Ponto de Apoio, terá o Brechó da Construção com uma área 12,85m² toda estrutura será coberta em telhas galvanizadas em conformidade com o projeto;
- O teto da guarita e banheiros serão executados em laje pré-moldada ou maciça, será instalada uma caixa d’água de fibra com tampa e capacidade de 500 litros. Na lateral da guarita terá uma caixa de 250 litros e na baia de papel e papelão outras de 100 litros para captação de água Pluvial;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

-As baias para o papel papelão metal e plástico terão de área 12,60 m², já as baias para o vidro e resíduo eletrônico, papa pilha e óleo vegetal, a área total será de 27 m², tudo estruturado e coberto com telhas “Galvanizadas”, tudo com dimensões de acordo com o projeto;

- O Ecoponto receberá a instalação de um tanque, no tamanho julgado conveniente, ao lado da caixa de captação pluvial da guarita, dotado de seus complementos indispensáveis, uma torneira de jardim com diâmetro de 1/2 ou 3/4” e um letreiro de identificação.

1.3. Aplica-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento.

a) Processo Administrativo Eletrônico nº 4.949/2023; **b)** Concorrência nº 002/2023; **b)** Proposta do contratado.

1.4. A partir da assinatura do presente contrato, a este, passarão a ser aplicáveis tudo que resultem em termos aditivos que vierem a ser realizados e que importem em alteração de condições contratuais, desde que assinados pelos representantes credenciados das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor da contratação está estimado em **R\$** (.....), distribuídos da seguinte forma, conforme proposta da contratada:

Detalhamento	Vr.Total
Serviço de Engenharia - Ecoponto Parque das Águas	R\$
Serviço de Engenharia - Ecoponto Retiro	R\$
Serviço de Engenharia - Ecoponto Nova Benfica	R\$
Serviço de Engenharia - Ecoponto Aeroporto	R\$

2.2. Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o DEMLURB utilizará os recursos provenientes de operação de Crédito junto a Caixa Econômica Federal, Repasse: FINISA número do Contrato 0603.026-73 - (**Ecoponto Parque das Águas**: Rua Rogério Fernando Scoralick, **Ecoponto Retiro**: Rua Elias Jacob, com Carlos Tavares de Pinho, **Ecoponto Nova Benfica**: Rua Vereador Francisco Pinheiro com Sebastião dos Reis) e **Ecoponto Aeroporto**: Rua José Appolônio dos Reis, 100.

Dotação Orçamentária: 1.18.541.0019.2318.000 – 1.754.000.000 – 4.4.90.51(Repasse)

2.3. O valor acordado nesta cláusula é considerado completo, e devem compreender todos os custos e despesas que direta ou indiretamente, decorra do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato, tais como, e sem limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguros de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

3.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.

3.2. A medição dos serviços será feita considerando a conclusão de cada etapa da obra discriminada em cronograma.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal em 02 (duas) vias, conforme o art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e com redação dada pela Lei nº 9.711/1998 e de acordo com as Instruções normativas nº IN MPS/SRP nº4, de 28/07/2005, bem como pelas sucessivas alterações, culminando com a IN MF/RFB nº 938 de 15/05/2009, juntamente com o boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização da referida Secretaria.

3.3.1. A medição deverá ser realizada por servidor municipal especialmente designado para este fim.

3.4. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais.

3.5. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

3.6. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

3.7. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes aos Serviços Preliminares e Administração Local relativamente ao andamento físico da obra, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma. Para o item Mobilização e Desmobilização será pago o percentual de 50% do valor proposto pelo licitante na primeira medição parcial e o restante na medição final.

3.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

3.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma *on-line* consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

3.11. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

3.12. RETENÇÕES DE IMPOSTOS

3.12.1. Com base nas Instruções Normativas nº 21/2010 - Manual de Orientação sobre Retenção do Imposto de renda na fonte e nº 25/2011 - Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas, segue:

Retenção Previdenciária:

Por tratar-se de execução por empreitada por preço unitário, conforme inciso III do item 2.1 do Manual referente à IN 25/2011, a administração pública fica dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11%:

1.1 - Empreitada Total na Construção Civil

No caso de empreitada na construção civil, os órgãos da administração pública não respondem solidariamente pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, ficando dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11% (onze por cento) calculado sobre o valor das obras realizadas, nos seguintes casos:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

I - na contratação de empreitada total;

II - quando houver o repasse integral do contrato de empreitada total, nas mesmas condições pactuadas, entendendo-se como tal a transferência do contrato nas mesmas características do original, inclusive preço e objeto; ou

III – quando o contrato for vinculado a procedimento licitatório efetuado pelo regime de empreitada por preço unitário ou por tarefa, admitindo-se o fracionamento do projeto nos termos da Lei.

Retenção IR na Fonte:

Conforme IN nº 21/2010, há retenção para Imposto de Renda na Fonte para serviços de Engenharia exceto na construção de estradas, pontes, prédios e obras assemelhadas, que é o caso em pauta. Portanto, não há retenção de IR para a esta contratação.

Retenção de ISS:

Conforme Lei 10630/2003 art.47, o ISS devido será de 3%.

“7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 3 % Local da prestação do serviço.”

CLÁUSULA QUARTA - DO CONTRATO E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas suas alterações, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

4.2. O prazo da execução dos serviços será de 4 (quatro) meses.

4.3. O prazo de **vigência do contrato será de 6 (seis) meses**, contados a partir da data da última assinatura do contrato, admitida a prorrogação observada a legislação pertinente e ajuste entre as partes.

4.4. A diferença entre o prazo de obra e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início bem como eventuais atrasos na emissão da OS (Ordem de Serviço) e, ainda, para prestação de contas por parte da contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Município.

4.5. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

4.6. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

4.7. Eventuais alterações no contrato devem ser realizadas através de termo aditivo nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e serão regulados pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação, aplicando-se aos preços base, um redutor, no mesmo percentual encontrado entre o valor global da proposta vencedora e o preço base incluso neste termo.

4.8. O DEMLURB, como parte contratante, gestora e fiscalizadora deste contrato, também ficará responsável pela abertura dos processos de aditivos e solicitações de acréscimos e supressões, se houver, do instrumento contratual, inserindo todos os elementos técnicos e jurídicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo ao setor competente para análise, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, dos termos aditivos, sendo posteriormente, conforme o caso, assinado por ambas as partes, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.9. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.9.1. Para garantia da execução do contrato, será exigido, 05 (cinco) dias úteis antes da assinatura, garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

4.9.1.1. O contratado deverá optar por uma das modalidades de garantia do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.9.1.2. Quando o contratado optar pela modalidade de garantia prevista no inciso II do § 1º do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo para a prestação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação.

4.9.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.9.3. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133/2023:

4.9.3.1. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

4.9.3.2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

4.9.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

5.1. O valor do contrato será fixo e irrealizável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data base do orçamento referencial, pela variação do índice INCC ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada. Os montantes dos pagamentos serão reajustados, anualmente, na forma da lei, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Reajuste

I₁ = índice do mês de execução dos serviços (INCC)

I₀ = índice do mês da data base do orçamento referencial (INCC)

V = Valor da fatura a ser reajustada.

5.2. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

5.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

5.3.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

5.3.2. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.3.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

5.5. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

5.7.1. Para fins do reequilíbrio econômico financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do objeto, fazendo um comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.

5.8. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.8.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE INÍCIO E DO RECEBIMENTO

6.1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, expedida pelo DEMLURB, contendo o prazo para execução dos serviços.

6.1.1. O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao DEMLURB ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

6.2. A obra deverá ser rigorosamente executada de acordo com as especificações e Normas Técnicas pertinentes. Todas e quaisquer modificações com relação ao que está previsto somente poderá ser feita com justificativa técnica da CONTRATADA e após aprovação da FISCALIZAÇÃO do DEMLURB.

6.3. O objeto do contrato será recebido pelo DEMLURB, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética profissional pela execução.

6.5. Os serviços serão recebidos de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico, edital e na proposta.

6.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico, edital e na proposta, devendo ser corrigidos em prazo estabelecido pelo DEMLURB, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.1. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização do DEMLURB.

7.1.2. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização do DEMLURB.

7.1.3. Permitir e facilitar à fiscalização do DEMLURB, a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

7.1.4. Providenciar a colocação de placas na obra, conforme modelos fornecidos pelo DEMLURB, em local indicado pela sua fiscalização.

7.1.5. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

7.1.6. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pelo DEMLURB.

7.1.7. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.

7.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG ou CAU.

7.1.9. Preencher, diariamente, onde lhe for reservado, o Diário de Obra que o DEMLURB manterá permanentemente disponível no local da mesma, de acordo com as instruções ali contidas.

7.1.10. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra, normas da Prefeitura e normas técnicas brasileiras, devendo ser



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

emitidos relatórios fotográficos e técnicos mensais. Assinados pelo responsável técnico da obra, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período e exigidos nas especificações de projeto.

7.1.10.1. O responsável técnico da contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.

7.1.10.2. O DEMLURB poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da contratada.

7.1.11. Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para outro local.

7.1.12. Encaminhar, ao DEMLURB, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG ou CAU.

7.1.13. Programar, quando solicitado, visitas ao local da obra em conjunto com a fiscalização do DEMLURB.

7.1.14. Manter à frente dos trabalhos um responsável técnico com total poder para representá-la junto à fiscalização do DEMLURB.

7.1.15. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização do DEMLURB, que lançará a devida justificativa no diário de obra.

7.1.16. Responsabilizar-se, além dos serviços específicos da construção, pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, de modo que, ao ser dada por concluída, possa a obra entrar em funcionamento imediatamente.

7.1.16.1. Concluída a obra, a contratada terá que apresentar prova de quitação das contas de água, luz e telefone, e da transferência das ligações para o Município.

7.1.17. Acatar toda orientação advinda do município com relação à obra.

7.1.18. Utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada que tenha procedência legal.

7.1.19. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.2.1. A coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos de construção inerentes ao Contrato e, ainda, fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

7.2.2. Credenciar junto à contratada, o representante especialmente designado pelo DEMLURB, para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.

7.2.3. Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início dos trabalhos.

7.2.4. Fazer cumprir o prazo contratual.

7.2.5. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução da obra, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.2.6. Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

7.2.7. Caberá ao MUNICÍPIO receber as obras e serviços, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.

7.2.7.1. A aceitação por parte da Fiscalização não isenta o Contratado de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

8.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

8.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

8.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

8.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

8.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

8.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

8.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item **8.2**, “c” e “d”, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e subsidiariamente a legislação que for aplicável.

8.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) **dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, e nos termos da lei, levará em consideração:

- a) a natureza e a gravidade da conduta do infrator,
- b) as peculiaridades do caso concreto,
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes,
- d) o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e,
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

8.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.13. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

CLÁUSULA NONA –DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO

101. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.

10.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

10.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

10.3. Deverão ser observadas, em cada caso, as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

12.1. É eleito o Foro da Comarca de Juiz de Fora – MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

12.3. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes;

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 20.....

GESTOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)

EMPRESA

Representante Legal

Cargo

Testemunha 1

Testemunha 2

Ass.:_____

Ass.:_____

Nome:_____

Nome:_____

C.I.:_____

C.I.:_____

C.P.F.:_____

C.P.F.:_____